Graciete de Jesus Códices Carriço
Assinado de forma digital por Graciete de Jesus Códices Carriço
Dados: 2021.03.26 12:11:17 Z

Consulta Prévia nº 20210137

Aquisição de Programas de Avaliação Externa para utilização nos laboratórios do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Caderno de Encargos

Índice

Capítulo I – Disposições gerais

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Subsecção II - Dever de sigilo

Secção II - Obrigações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Capítulo IV - Caução

Capítulo V - Resolução de litígios

Capítulo VI - Disposições finais

Anexo Técnico

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de 6 lote(s) de Programas de Avaliação Externa para consumo nos laboratórios do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P

2. O presente procedimento insere-se no CPV 33696500-0 – Reagentes de laboratório, nos termos do Regulamento (CE) nº 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74, em 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Preço Base

1. O preço base para efeitos do presente procedimento pré-contratual é de **64.074,32€** (sessenta e quatro mil, setenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, sendo este entendido como o preço máximo que o INSA, I.P. se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o fornecimento dos bens.

2. As propostas serão adjudicadas com referência aos lotes adiante indicados, de acordo com o preço base aplicável a cada lote:

Lote	Total Lote (Euros)
1	**2 624,00**
2	**365,00**
3	**33 548,00**
4	**24 005,00**
5	**2 832,32**
6	**700,00**

Cláusula 4.ª

Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao contraente público, podendo o INSA, I.P. fixar datas de entrega na nota de encomenda ou por solicitação do laboratório após emissão da nota de encomenda, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 Sem prejuízo do disposto no número anterior, o fornecimento dos bens terá de ocorrer, impreterivelmente, até 31 de dezembro de 2021.

Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I
Obrigações do fornecedor

Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 5.ª
Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;

b) Obrigação de garantia dos bens;

c) Obrigação de continuidade de fabrico.

Cláusula 6.ª
Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4. O fornecedor é responsável perante Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.ª
Entrega dos bens objeto do contrato

Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações do INSA, I.P. situadas no Porto, Aguas Moura e Lisboa, mediante solicitação do INSA, I.P., se outro não for solicitado na nota de encomenda, de acordo com as necessidades do INSA, I.P.

Cláusula 8.ª

Inspeção e testes

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 15 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no anexo I ao presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Após a verificação referida no número anterior, o INSA, I.P pode:
   a) Receber o bem;
   b) Rejeitar o bem por apresentar deficiências de qualidade;
   c) Aceitar o bem mediante condição de, após exame posterior ou durante a utilização dos mesmos, serem comprovadas as características exigidas.
3. No caso previsto na alínea b) do número anterior, o adjudicatário fica obrigada à sua imediata substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data da encomenda até à finalização do fornecimento de acordo com as condições exigidas.
4. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição do bem que tenham sido objecto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
5. A rejeição do bem disponibilizado nos termos do presente artigo não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização.
6. A rejeição do bem por parte da entidade adquirente pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.
7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o fornecimento do bem em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente, suspenderá a facturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada, ficando o adjudicatário obrigado à sua imediata reposição ou substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data da encomenda até à finalização do fornecimento de acordo com as condições exigidas.
8. Durante a fase de realização de testes, o adjudicatário deve prestar ao INSA, I.P. toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos

ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

4. Caso haja uma segunda inconformidade dos bens nos termos dos números anteriores, poderá o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. resolver o contrato com base nesse fundamento, sendo o adjudicatário responsável nos termos gerais definidos na lei e no contrato.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos bens

1. Caso os testes solicitados a que se refere a Cláusula 8.ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, e após validação técnica (assinatura da respectiva guia de remessa ou guia de transporte) por parte do laboratório, os bens consideram-se devidamente aceites.

2. Com a aceitação do bem a que se refere o numero anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o INSA, I.P., bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3. A aceitação do bem a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 2 anos, se outro prazo não for específico do bem a adquirir, a contar da data de aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos

ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

a) O fornecimento, componentes ou bens reparados ou substituídos;

b) O transporte do bem ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 12.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 13.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Cláusula 15.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 16.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III
Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 17.ª
Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 20% do valor contratual;

b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 20% do valor contratual;

c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 20% do valor contratual;

d) Pelo incumprimento por inconformidade dos bens fornecidos ao fim a que se destinam, nos termos da cláusula 8ª, até 20% do preço contratual.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. pode exigir-lhe uma pena pecuniária prevista no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso ou inconformidade na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.ª

Resolução por parte do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a um mês ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Cláusula 20.ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes; ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao INSA, I.P., que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV
Caução

Cláusula 21.ª

Execução da caução

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código de Contratos Públicos o adjudicatário está dispensado da prestação de caução.
2. O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. poderá proceder à retenção de 10% (dez) do valor dos pagamentos a efetuar, como garantia de bom cumprimento das obrigações do adjudicatário.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 22.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 23.ª
Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o INSA, I.P. venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontrante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 24.ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos. Públicos e, subsidiariamente, a demais legislação aplicável.

Cláusula 25.ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.ª
Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO TÉCNICO

1. A descrição dos parâmetros base do material assim como as quantidades, encontram-se descritos nas tabelas referentes aos lotes que a seguir se apresentam.
2. O presente procedimento corresponde a 6 lote(s), devendo o concorrente responder a todos os produtos inscritos no lote específico a que o concorrente deseje concorrer, sob pena de exclusão.
3. A entrega será efetuada de acordo com o inscrito nas tabelas do INSA, I.P., Sede – Lisboa, CEVDI – Águas de Moura e CSPGF – Porto, disponíveis no respetivo site em http://www.insa.pt em "Contactos".
4. O adjudicatário deverá realizar o transporte, por si só ou por terceiros, de forma a garantir que os produtos não sofram qualquer alteração na sua composição, nomeadamente realizando o transporte com os meios adequados a cada produto e usando esses meios de forma adequada.
5. Relativamente às referências dos artigos indicadas na proposta de fornecimento, os concorrentes deverão ter em consideração o seguinte:

   5.1 É fundamental que as referências dos artigos, indicadas, na proposta de fornecimento, correspondam à referência que consta no catálogo indicado para avaliação da conformidade dos mesmos.

   5.2 No caso de aquela referência não constar no catálogo da marca nem do catálogo do fornecedor, deverá ser indicada a correspondência inequívoca à referência de um destes dois.

   5.3 No caso de esta correspondência não estar indicada, a avaliação da adequação do artigo proposto não será efetuada. Neste caso o júri concluirá pela impossibilidade de avaliação da proposta ou do artigo proposto, em virtude de apresentação dos respetivos atributos, constituído causa de exclusão da proposta ou do lote em questão, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
6. "O total INSA, I.P. número", refere-se a um número que multiplicado pela coluna correspondente de "Apresentação Embalagens" irá corresponder à quantidade total pedida como parâmetro base pelo INSA, I.P..
7. A coluna abaixo indicada – "apresentação de embalagens" – não é parâmetro base deste Caderno de Encargos, pelo que não será critério de exclusão, podendo os concorrentes apresentar propostas com a sua diversa apresentação comercial desde que, sob pena de exclusão:
   a) A apresentação comercial dos bens, proposta pelo concorrente permita a entrega nos diversos locais de entrega definidos neste anexo I;
   b) As quantidades totais propostas pelos concorrentes sejam iguais ou superiores às pedidas neste anexo I.

8. Por "parâmetro base", nos termos da lei, entende-se requisitos essenciais de cumprimento pelo concorrente, e pelo fornecedor, sob pena de exclusão da proposta no lote a que concorre, ou sob pena de incumprimento contratual, consoante o caso.
9. A coluna com a indicação da Unidade não é passível de ser alterada.
10. O preço base por lote corresponde ao valor máximo a pagar pelo lote pelo adjudicante, sendo excluídas todas as propostas que ultrapassarem o preço base de cada lote.
11. O fornecedor deverá entregar os reagentes constantes de todos os lotes com um prazo de **validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega**.

Anexo I

Lote	Pos	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	64.074,32€
1	1	7060010378	AEQ - Serologia Sarampo	2 envios anuais	1 programa	Não aplicável	1	1	0	
1	2	7060010379	AEQ - Serologia Parotidite	2 envios anuais	1 programa	Não aplicável	1	1	0	
1	3	7060010380	AEQ - Seologia Bordetella pertussis	2 envios anuais	1 programa	Não aplicável	1	1	0	
1	4	7060010384	AEQ - Pesquisa de Anticorpos anti Coxiella burnetii	1 programa anual com 1 exercício de 2 amostras de 0,3 ml	1 programa		1		0	
1	5	7060010385	AEQ - Coxiella Burnetii/Bacillus anthracis por Biologia Molecular	1 programa anual com 2 exercícios de 4 amostras cada.	1 programa		1		0	**2 624,00 €**
1	6	7060010413	AEQ - Detecção do RNA do vírus da Raiva por Biologia Molecular	1 programa anual com 2 exercícios de 4 amostras cada	1 programa		1	1	0	
1	7	7060010412	AEQ - Detecção de anticorpos IgG anti-vírus da Raiva	1 programa anual com 1 exercício de 2 amostras	1 programa		1	1	0	
1	8	7060010374	Serologia parasitária - Malária e Schistosomíase		1 programa		1	1	0	
2	1	7060010377	AEQ-Rastreio Neonatal IRT/PAP e TSH	Programa anual para a AEQ do rastreio neonatal da FQ e HC	1 programa	não	1		1	**365,00 €**
3	1	7060010044	AEQ - Malária: biologia molecular, org. por instituição de refª (CE)		1 programa		1	1	0	
3	2	7060010373	AEQ - Pesquisa de Hemoglobinopatias no sangue do Cordão Umbilical		1 Programa		1	1	0	**33 548,00 €**
3	3	7060010022	AEQ - Anticorpo HBs, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	2	1	1	

Lote	Pos	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	64.074,32€
3	4	7060010023	AEQ - Anticorpo HCV, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	2	1	1	
3	5	7060010026	AEQ - ANTIGENIO HBS, ORG. POR INSTITUICAO DE REFª (CE)		1 Programa		2	1	1	
3	6	7060010033	AEQ - Bacteriologia geral, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	7	7060010067	AEQ - Detecção Molecular de HPV, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	8	7060010072	AEQ - DNA HBV quantitativo, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	9	7060010089	AEQ - Hemoglobinopatias (alfa-talassémias), biologia molecular		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	10	7060010387	AEQ - Serologia de HEV, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	11	7060010104	AEQ - Micobactérias: biologia molecular, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	2	1	1	
3	12	7060010105	AEQ - Micobactérias: cultura/identificação, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	2	1	1	
3	13	7060010106	AEQ - Micologia clínica - antifungigrama, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	14	7060010107	AEQ - Micologia clínica, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	15	7060010388	AEQ - RNA- HEV, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	16	7060010110	AEQ - Microscopia para BAAR, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	2	1	1	

Lote	Pos	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	64.074,32€
3	17	7060010119	AEQ - Parasitas fecais, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	18	7060010120	AEQ - Parasitas sanguíneos, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	19	7060010134	AEQ - RNA HCV quantitativo, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	20	7060010135	AEQ - RNA HIV (Quantitativo), org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	21	7060010136	AEQ - Serologia EBV, CMV IgM, HVA IgM, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	22	7060010137	AEQ - Serologia HAV, CMV e VZV, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	23	7060010138	AEQ - Serologia HIV, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	2	1	1	
3	24	7060010139	AEQ - Serologia parasitária, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	25	7060010140	AEQ - Serologia Parvovirus B19 (IgG+IgM)/Rubéola (IgG+IgM) org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	26	7060010141	AEQ - Serologia toxoplasmose (IgG+IgM), org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	27	7060010416	AEQ - Myeloproliferative Neoplasms (MPN) Gene Panels Study (JAK2 p. Val617Phe, JAK2 exon, CALR exon 9, MPL exon 10)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	28	7060010208	AEQ - Contagem de sangue total		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	29	7060010209	AEQ - Contagem diferencial de leucócitos, automático		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	

Lote	Pos	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	64.074,32€
3	30	7060010237	AEQ - Doseamento de Phe e TSH em cartão de Guthrie		1 Programa	Não aplicável	1		1	
3	31	7060010210	AEQ - Hematologia Lâminas de sangue, parasitas		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	32	7060010239	AEQ - Hemoglobinas Hb/HbA2/HbF e outras anormais		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	33	7060010240	AEQ - Pesq. trans. de fusão BCR-ABL, PML-RARα, AML1-ETO e CBFα-MYH11 em leucemia		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	34	7060010241	AEQ - Pesquisa da mutação JAK2V617F em doença mieloproliferativa crónica		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	35	7060010194	AEQ - Prova do Suor		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	36	7060010426	AEQ - Diagnóstico Molecular de Hemofilia A e B		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	37	7060010217	AEQ - Serologia da siflis, org. instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	2	1	1	
3	38	7060010206	AEQ - Chlamydia trachomatis (molecular), org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	39	7060010257	AEQ - Libertação de Interferon Gamma (Mycobacterium tuberculosis)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	40	7060010258	AEQ - Hemoglobinopatias (beta-talassémias), DNA aplicado ao diagnóstico		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	41	7060010250	AEQ - Detecção de DNA de Mycoplasma pneumoniae	Programa anual de AEQ com duas entregas anuais	1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
3	42		CQE para deteção e caracterização de Variantes do Vírus SARS-CoV-2 por biologia molecular		1 Programa		1	1	0	

Lote	Pos	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	64.074,32€
4	1	7060010014	AEQ - Deteção molecular de MERS-CoV, org. por instituição de refª (CE)	Painel de amostras (1,0ml/amostra) para a deteção de MERS-CoV, qualitativo, acreditado pela norma ISO17043	1 programa		1	1	0	
4	2	7060010017	AEQ - Deteção molecular de Vírus sincicial respiratório (RSV), org. por instituição de refª (CE)	Painel de amostras (1,0ml/amostra) para a deteção de RSV, qualitativo, acreditado pela norma ISO17043	1 programa		1	1	0	
4	3	7060010041	AEQ - Deteção molecular de rhinovirus (hRV), org. por instituição de refª (CE)	Painel de amostras (1,0ml/amostra) para a deteção de rhinovirus, qualitativo, acreditado pela norma ISO17043	1 programa		1	1	0	
4	4	7060010068	AEQ - Detecção molecular de HSV 1 e 2, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	5	7060010069	AEQ - Detecção Molecular de JCV/BKV, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	6	7060010073	AEQ - DNA proviral HIV, org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	7	7060010099	AEQ - M. tuberculosis complex (molecular), org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1		1	**24 005,00 €**
4	8	7060010216	AEQ - Legionella pneumophila, (molecular), org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	9	7060010417	AEQ - CVOP Coronavirus Outbreak Preparedness EQA Pilot Study	Painel consistindo em seis agentes patogénicos completos para análise por técnicas moleculares no diagnóstico de SARS-CoV-2 ou outros coronavírus. Os agentes deverão apresentar-se inactivados. A avaliação da qualidade deverá focar-se na especificidade e sensibilidade do diagnóstico das coroviroses clinicamente mais relevantes.	1 programa		1	1	0	
4	10	7060010415	AEQ - Deteção molecular de Borrelia burgdorferi spp.		1 programa		2	1	0	
4	11	7060010418	AEQ - Testes moleculares de deteção de Treponema pallidum	Programa de avaliação externa da qualidade para testes moleculares de deteção qualitativa de Treponema pallidum que simulem amostras clínicas em soro fisiológico	1 Programa		1	1	0	

Lote	Pos	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	64.074,32€
4	12	7060010159	AEQ - Detecção do DNA viral do VZV org. por instituição de refª(CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	13	7060010158	AEQ - Detecção do DNA viral do CMV org. por instituição de refª(CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	14	7060010333	AEQ - Detecção RNA viral Vírus Sarampo/Parotidite org. p/instituição de refª(CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	15	7060010172	AEQ - Enterovirus (pesquisa de RNA) org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	16	7060010173	AEQ - EBV (pesquisa de DNA) org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1	0	
4	17	7060010174	AEQ -Adenovirus (pesquisa de DNA) org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1		
4	18	7060010176	AEQ - Toxoplasma gondii (pesquisa de DNA) org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1		
4	19	7060010212	AEQ - HCV genotipagem org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1		
4	20	7060010213	AEQ - HBV genotipagem org. por instituição de refª (CE)		1 Programa	Não aplicável	1	1		
4	32	7060010375	AEQ para pesquisa de DNA e caracterização molecular de Neisseria meningitidis	Programa de AEQ com distribuição de, pelo menos, um ensaio anual que inclua a pesquisa de Neisseria meningitidis por PCR em amostras clínicas e a caracterização molecular do grupo	1 programa		1	1		
5	1	7060010051	AEQ - Hemoglobinas glicadas	Programa mensal com 2 parâmetros.	1 Programa	Não aplicável	1	1		
5	2	7060010198	AEQ - Imunoensaio	Programa mensal com 38 parâmetros	1 Programa	Não aplicável	1	1		**2 832,32 €**
5	3	7060010205	AEQ - Proteínas Específicas	Programa bimensal com 26 parâmetros.	1 Programa	Não aplicável	1	1		

Lote	Pos	CODIGO	Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)	Informação adicional	Apresentação embalagens	Total INSA número	SEDE	CGF	CEVDI	64.074,32€
5	4	7060010195	AEQ - Quimica clinica	Programa mensal com 46 parâmetros.	1 Programa	Não aplicável	1	1		
5	5	7060010196	AEQ - Quimica clinica (lípidos)	Controlo para avaliação externa que inclua os parâmetros. Colesterol Total, Colesterol HDl; Colesterol LDL, Triglicerideos; APO A1; APO B e Lipoproteína (a).	1 Programa	Não aplicável	1	1		
6	1	7060020109	Amosta biológica p/ programa AEQ - Imunologia nivel 1	Pretende-se a aquisição de amostra biologica para avaliação de Imunologia.	1 U		24	24		**700,00 €**
6	2	7060020093	Amostra biológica p/programa AEQ - Imunologia - nível 2	Pretende-se a aquisição de amostra biologica para avaliação de Imunologia.	1 U		24	24		